

Tribunal sistematiza digitalização de processos

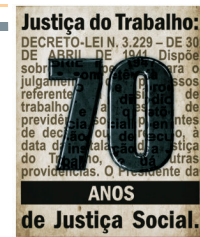


Foto: Eugenio Jerônimo



“Judiciário Trabalhista tem atuado firme para melhorar as condições no ambiente laboral”, afirma, em palestra, desembargadora Valéria Gondim.

Página 4

Entrevista

O juiz ouvidor do TRT6, Guilherme Mendonça, analisa atuação da ouvidoria, que completa 10 anos

Página 5

Tribunal assina contrato com o Banco do Brasil

Página 6

O Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região comemora os bons resultados do contrato firmado com a Associação dos Surdos de Pernambuco (ASSPE) para o trabalho de digitalização de processos. Em menos de um

mês de atividades, 1.277 autos/3.254 volumes foram digitalizados e encaminhados ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) já em sua versão eletrônica. Foram contratados 20 prestadores de serviço com deficiência auditiva e mais um

supervisor, que se dividem em dois turnos de trabalho no Tribunal. Os profissionais interagem diretamente com os servidores do Setor de Recursos (SERE) que, embora não dominem a língua brasileira de sinais (LIBRAS), código utili-

zado por deficientes auditivos, não vêm encontrando dificuldades na comunicação. O contrato entre a Associação e este Regional, pioneiro no Judiciário de Pernambuco, é de 12 meses, podendo ser prorrogado por um período de até cinco anos.

Módulos de Aperfeiçoamento

A Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 6ª Região (EJ-TRT6) prepara para os meses de agosto, setembro e outubro dois novos módulos de aperfeiçoamento de magistrados.

Página 8

Servidores no ritmo do forró

No mês de São João, o forró tradicional é prestigiado por muitos servidores do Tribunal do Trabalho de Pernambuco, que compõem, tocam e cantam o ritmo celebrizado por Luiz Gonzaga.

Página 7

TRT6 realiza semana do meio ambiente

O TRT6 acabou de realizar em junho a terceira edição da Semana do Meio Ambiente. Sob a coordenação da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, a programação foi dirigida a magistrados e servidores e composta de palestras, workshops, campanhas e orientações sobre coleta seletiva. Pela primeira vez

as atividades ocuparam toda a semana, diferentemente das edições anteriores, em que tudo era concentrado num único dia. O evento aconteceu entre os dias



6 e 10, no edifício-sede, e contou com o apoio da Associação dos Servidores do TRT6 (ASTRA6), da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Justiça do Trabalho (APPJUSTRA) e Centro Cultural Paulo Cabral.

Na palestra inicial, Como Descartar Corretamente os Resíduos Eletrônicos, Domingos Sávio de França, diretor do Centro de Recuperação de Computadores (CRC), destacou a importância da realização de descarte adequado dos equipamentos eletroeletrônicos e de informática, considerados resíduos perigosos. Durante a semana comemorativa, o Regional recebeu computadores e equipamentos de informática inservíveis (CPUs, mouses, teclados, monitores, impressoras, scanners), que foram entregues ao CRC.

Pertencente à Ordem Marista e

recondicionar computadores doados pela iniciativa privada, órgãos públicos e pessoas físicas, os quais depois são encaminhados a instituições dedicadas à atividade de inclusão digital. Atualmente o CRC atende a 180 alunos.

Durante a semana, os prestadores de serviço que cuidam da limpeza e conservação do edifício-sede receberam treinamento sobre coleta seletiva, uma das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico para o sexênio 2009/2015. Houve, ainda, campanha de descarte de óleo de cozinha, encontro de consumidores da feira de orgânicos, com a participação de representantes e agricultores do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA) e mesa de degustação de alimentos orgânicos, com a comemoração do 1º ano da feirinha. Para encerrar a Semana do Meio Ambiente, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental promoveu, na sexta, 10, uma visita à Unidade Permacultural de Observação (UPO/Serta), em Glória do Goitá, com palestra sobre agroecologia, almoço e ida à propriedade de um agricultor.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
 50.030-902 Recife PE
 Imprensa: 81-2129.2020
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

VICE-PRESIDENTE

Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel

CORREGEDORA

Gisane Barbosa de Araújo

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Nelson Soares Júnior
 Josélia Moraes da Costa
 Eneida Melo Correia de Araújo
 Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
 André Genn de Assunção Barros
 Ivanildo da Cunha Andrade
 Gisane Barbosa de Araújo
 Pedro Paulo Pereira Nóbrega
 Virgínia Malta Canavarro
 Valéria Gondim Sampaio
 Ivan de Souza Valença Alves
 Valdir José Silva de Carvalho
 Acácio Júlio Kezen Caldeira

Dione Nunes Furtado da Silva
 Dinah Figueirêdo Bernardo
 Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
 Nise Pedrosa Lins de Sousa

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ayrton Carlos Porto Júnior

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORES

Lydia Barros / Maria Alice Amorim
 Caroline Jordão Barreto / Eugenio Pacelli

REVISÃO

Eugenio Pacelli / Caroline Jordão Barreto

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
 Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

F & A Gráfica
 (Tiragem: 1.500 exemplares)

Digitalização de processos dá bons resultados

A solução encontrada pelo TRT6 para sistematizar a prática da digitalização de processos, atendendo a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, desde agosto, está recebendo os autos processuais apenas pelo meio eletrônico, está superando as expectativas da administração deste Regional. A terceirização do serviço, entregue à Associação dos Surdos de Pernambuco (ASSPE), resultou na digitalização de 1.277 processos ou 3.254 volumes, em menos de um mês de atividades (de 19 de maio a 16 de junho). “Considerando que esse foi também um mês de treinamento e adaptação do pessoal, a produção está sendo muito satisfatória”, afirma Kátia Trigueiro, chefe do gabinete da Presidência.

Foram contratados 20 prestadores de serviço com deficiência auditiva, que trabalham seis horas/dia nos turnos das 7h às 13h e das 13h às 19h, e um supervisor, intérprete e responsável pelo grupo, com jornada de trabalho das 10h às 18h. O contrato entre a Associação e o TRT6 é de 12 meses, podendo ser prorrogado até cinco anos. “A demanda pela digitalização é crescente, por isso, existe a possibilidade de



Equipe demonstra integração e segue procedimento dinâmico para tornar mais ágil o trabalho

“A iniciativa dá oportunidades para que as pessoas superem as barreiras impostas a quem precisa de um tratamento especial e, além disso, tem o efeito de despertar a atenção de outros órgãos para a realização de contratos similares”, ressalta André Genn

expandir o contrato para outras unidades do Tribunal”, explica Kátia, ressaltando que a terceirização é pioneira no Judiciário de Pernambuco, embora em Brasília o TST e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tenham adotado o mesmo tipo de contrato de digitalização.

O presidente do TRT6, desem-

bargador André Genn, ressalta a importância da parceria com a ASSPE, afirmando que “a iniciativa dá oportunidades para que as pessoas superem as barreiras impostas a quem precisa de um tratamento especial e, além disso, tem o efeito de despertar a atenção de outros órgãos para a realização de contratos similares”. O grupo

que está atuando no TRT é formado por jovens, em sua maioria, alguns, inclusive, estudantes de Direito. O entrosamento no trabalho é visível: enquanto uns vão separando as peças dos autos, retirando grampos dos papéis, os outros vão transformando os impressos em arquivos digitais e depois trocam de função.

Os profissionais terceirizados interagem diretamente com os servidores do Setor de Recursos (SERE) que, embora não dominem a língua brasileira de sinais (LIBRAS), código utilizado por deficientes auditivos, não vêm encontrando dificuldades na comunicação.

“Poder normativo da Justiça do Trabalho cumpriu extraordinário papel”, destaca desembargadora Valéria Gondim, em palestra

No dia 30 de junho, a desembargadora do TRT6 **Valéria Gondim Sampaio**, a convite do Ministério do Trabalho e Emprego, proferiu a palestra “A Atuação da Justiça do Trabalho para o Avanço nas Relações de Trabalho”, durante a realização do painel “A Atuação para o Avanço nas Relações de Trabalho”. O encontro aconteceu no auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco.

Confira principais tópicos abordados pela desembargadora durante a conferência.

EFEITOS DO TRABALHO ESCRAVO

“Respeitando o tempo que me cabe, procurarei abordar alguns poucos, porém importantes aspectos, que tocam à questão do AVANÇO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL, país jovem, que foi submetido a longo período de regime de trabalho escravo. Seus efeitos, na verdade, se fazem sentir ainda nos dias atuais. Isso nos permite concluir que a imaturidade das relações de trabalho não foi superada, o que é natural, ainda que assim não nos pareça, sempre. De qualquer forma, não se pode negar, há afinidade entre desenvolvimento econômico e evolução do trabalho e suas conexões.”

FUNÇÃO REGULADORA

“Partindo desse prisma, a Justiça do Trabalho cumpre importante papel regulador, na medida em que dirimiu - e dirime – desde a sua criação, em 1941, conflitos individuais e coletivos, e entregou à sociedade jurisprudência firme, algumas de caráter inovador, outras de viés mais conservador”.

QUALIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO

“Possuímos um bom conjunto legislativo e estamos em ambiente de reformas, sobretudo no campo do direito processual, a fim de implementar o princípio da razoável duração do processo, originado da EC nº 45/2004, cuja tramitação durou longos dez anos e alargou a competência material da Justiça do Trabalho, de modo considerável e valioso, permitindo maior eficiência do exercício fundamental da cidadania.”

FIRME AÇÃO PARA GARANTIR CONDIÇÕES DIGNAS AO AMBIENTE LABORAL

“Cito como outro elemento de avanço, a firme atuação da Justiça do Trabalho – e do Ministério do Trabalho e Emprego também – na direção de melhores condições no ambiente laboral, naquilo em que toca à saúde do trabalhador, que hoje está mais protegido dos efeitos da insalubridade e da periculosidade, embora fortemente susceptível a acidentes de trabalho, não raro com efeitos que tocam à invalidez e ao óbito. Os números assustam e precisamos prestar mais atenção a eles !



Valéria Gondim
Desembargadora do TRT6

Tão grave é o problema, que foi escolhido como tema central de atuação, em todos os níveis, nesse aniversário de 70 anos de existência da instituição. ”

É certo que a Justiça do Trabalho trata desigualmente os desiguais, e, de acordo com a lei, assim induz à superação das desigualdades, de modo que, nas questões que envolvem danos morais, não temos experimentado exageros de julgamento. Temos sim decidido ações complexas, podendo excessos de petição, e reconhecendo que o ambiente de trabalho necessita chegar mais perto do que entendemos por dignidade humana.

O PAPEL PEDAGÓGICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

“Saliento o papel pedagógico da instituição, ao permitir o amplo acesso à justiça por parte da população, que, segura, dá sinais positivos pela confiança depositada. Não há outro segmento do nosso Judiciário tão acessível.

Atendendo a essa especificidade e ao momento brasileiro de desenvolvimento, é que foi criado, pela Associação Nacional dos Juizes do Trabalho, a ANAMATRA, desde 2005, o programa “Trabalho, Justiça e Cidadania Também Se Aprende na Escola”, de reconhecimento internacional e para o qual chamo a atenção dos senhores. (...)Esse trabalho fantástico agora se volta a formar consciência sobre o caráter das normas internacionais de proteção e sua aplicação no plano interno. É uma outra etapa, que começa a ser vencida em vários países, e também no nosso, aproximando, de forma positiva, a realidade de mundialização.”

A EVOLUÇÃO TRABALHISTA

“Destaco, ademais, que a evolução trabalhista deve ser vista também como consequência do nosso trabalho judicial (mas não só), a partir da redução do mercado informal e do trabalho escravo e infantil; da oferta de emprego e da elevação do nível de renda; da redução qualitativa de demandas judiciais. A quantitativa permanece enorme e, tanto quanto necessária é a agilização do processo legislativo, imprescindível é o aumento da estrutura judiciária, e, sobretudo, das ações voltadas à educação, nosso desafio maior. Atingimos praticamente a universalização da escola e acredito que a qualidade dos seus formadores chegará, em seguida, permitindo, inclusive, que a confiança entre empregados e empregados ganhe mais forte lastro.”

Entrevista



Guilherme Mendonça
Juiz-Ouvidor do TRT6

Quando surge a Ouvidoria dentro do Judiciário e que fatores levaram a essa criação? E, aqui no Tribunal, como se deu o surgimento da Ouvidoria e o que se pode destacar sobre o modo como a atividade vem sendo realizada?

No Brasil colonial, Ouvidor era o juiz posto pelos donatários nas terras colonizadas. Até o ano de 1609, quando da instalação do primeiro Tribunal de Relação do Brasil, na Bahia, os julgamentos eram de competência dos ouvidores e eventuais recursos iam para a Casa de Suplicação, em Lisboa. Na atual concepção, que tem como base o exercício do estado democrático de direito, somente a partir de 1983 é que se iniciou o debate com o intuito de estabelecer de que maneira o cidadão poderia apresentar denúncias, reclamações, sugestões e elogios às estruturas de poder, incluindo o Judiciário. Aqui no TRT da 6ª Região, a criação da Ouvidoria ocorreu com a Resolução Administrativa TRT 06/2001, publicada em 27/06/2001. Hoje, a Ouvidoria

vai além de ouvir e cadastrar manifestações. Na maioria das situações, procede de forma diplomática, no exercício de sua função republicana, acionando as unidades responsáveis, esclarecendo, resolvendo e, ao final, informando a solução ao manifestante. Muito do que, à primeira vista, seria uma atribuição da Corregedoria, pode-se resolver sem maiores formalidades, com a simples troca de informação por meio eletrônico ou mesmo um telefonema.

Quais são hoje as principais razões que levam os jurisdicionados a procurar a Ouvidoria?

É variado o universo das manifestações. Mas pode-se destacar a possibilidade de atraso no andamento dos processos, sempre em razão da enorme quantidade de processos que tramitam neste Judiciário Trabalhista, ou mesmo a possibilidade de demora na solução dos processos, o que, em geral, ocorre devido aos muitos incidentes processuais (perícias, embargos, recursos). A Ouvidoria também é procurada na hipótese de haver

Atuar como canal de comunicação entre a sociedade e o Regional pernambucano. Essa é a função primordial da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Criada em junho de 2001, o órgão completa dez anos e tem atualmente à sua frente o magistrado **Guilherme Mendonça**, que foi nomeado para atuar como juiz ouvidor na gestão da desembargadora Eneida Melo e reconduzido à função pelo presidente André Genn. Juiz do trabalho desde 1993, Guilherme Mendonça concluiu o curso de direito em 1987, na Universidade Federal de Pernambuco. Sobre a função de ouvidor, considera ser “um trabalho diplomático e silencioso, sem grande evidência, mas que evita o que se pode comparar a focos de incêndios em uma floresta.” A seguir, essa e outras considerações, tecidas em entrevista concedida para esta edição do Informativo TRT6.

dificuldade na penhora de bens dos executados.

Nesses dez anos de atuação, qual o balanço em relação às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria e que mudanças foram desencadeadas por força dessa atuação? Quais as intervenções do órgão que se destacam?

A atividade primordial da Ouvidoria tem sido absorver, com paciência, o estresse das pessoas que chegam desesperadas ou inconformadas por conta das relações com a parte contrária ou em razão do procedimento de algum setor ou unidade jurisdicional do TRT6. É um trabalho diplomático e silencioso, sem grande evidência, mas que evita o que se pode comparar a focos de incêndios em uma floresta. Houve destaque, contudo, no que diz respeito às conciliações promovidas tendo por objeto os precatórios referentes ao estado de Pernambuco; isso inclusive foi matéria de elogio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Que outras ações são realizadas pelo juiz ouvidor?

O juiz-ouvidor é, também, responsável pelo Setor de Hasta Pública, além das conciliações na Segunda Instância em processos que ainda não tenham sido distribuídos ou que estejam prestes a ir para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). São processos com recurso ordinário, agravo de petição ou recurso de revista e são colocados em pauta para mais uma tentativa de conciliação, já tendo ocorrido pelo menos duas propostas de conciliação quando da sua tramitação na Vara de origem.

O trabalho como juiz ouvidor auxilia o magistrado na realização de uma melhor prestação jurisdicional? De que maneira?

A Ouvidoria, como porta de entrada para o jurisdicionado e meio acessível a qualquer pessoa que chegue ao Tribunal, inclusive por mensagem eletrônica ou telefone, desenvolve a noção de como funciona toda a instituição e, ao estreitar as relações entre o jurisdicionado e as unidades jurisdicionais, contribui para um melhor desempenho, evitando que questões pontuais atravessem a prestação jurisdicional.

Tribunal assina contrato com o Banco do Brasil

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), desembargador André Genn, assinou na quarta-feira, dia 1º de junho, contrato com o Banco do Brasil, estabelecendo uma nova regulamentação para que essa instituição receba depósitos judiciais e precatórios decorrentes de ações trabalhistas. Pelos termos do contrato, o Banco do Brasil, em contrapartida, passa a remunerar o TRT6 tendo por base o saldo médio do total de depósitos, o que vai garantir ao Tribunal uma receita orçamentária para investimento em sua atividade finalística, propiciando uma melhor prestação jurisdicional.

O presidente André Genn mencionou a importância histórica do contrato, visto que está sendo firmado no âmbito do Tribunal pela primeira vez, e salientou a rapidez e a objetividade com que a negociação foi conduzida com o Banco. Destacou ainda o presidente que o contrato firmado, além de valorizar a eficiência do desempenho das partes, com o Banco do Brasil atuando em regime concorrencial, preserva a convivência institucional do Tribunal com todas as entidades parceiras. Anteriormente a remuneração realizada pela instituição financeira, em bases inferiores, era estabelecida de forma fixa.

Representaram o Banco do Brasil na ocasião o superintendente estadual, Neirim Goulart Duarte, o superintendente regional de governo, Francisco Canindé Júnior, o gerente jurídico regional, Paulo Alves da Silva, o gerente geral, Antônio Costa Barbosa Júnior, e o gerente Fábio Romero da Silva. Também acompanharam a assinatura do documento os desembargadores Ivanildo Andrade e Pedro Paulo Pereira Nóbrega; o juiz auxiliar da Presidência, Virgínio Benevides; o Secretário-Geral, Ayrton Porto; o Diretor-Geral, Wladimir Rolim, e o diretor da Secretaria Administrativa, André Pegado.



Presidente André Genn (D) durante assinatura do contrato



Vistos etc...

Juíza substituta é empossada no TRT de Pernambuco

Aprovada em 9º lugar no concurso realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cujo processo seletivo foi concluído em dezembro do ano passado, a Juíza do Trabalho Bruna Gabriela Martins Fonseca foi empossada no Regional pernambucano no dia 08 de junho. O termo de posse foi assinado pela magistrada e pelos desembargadores André Genn, presidente do TRT6, e Gisane Araújo, corregedora do Tribunal. A magistrada nasceu em Minas Gerais, mas atuava como servidora do TRT da 2ª Região, em São Paulo.

Projeto de criação de Cargos e Varas aprovado na CCJ do Senado

Na quarta-feira, (06/07), foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, o Projeto de Lei Complementar (PL) 34/2011, que cria cargos de servidores e magistrados e Varas do Trabalho (VTs) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Foi relator o senador Humberto Costa. O presidente do TRT6, desembargador André Genn, acompanhou a votação em Brasília, onde o desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega havia estado na semana anterior, articulando o encaminhamento e aprovação do projeto.

Vice-Presidente recebe Medalha



A desembargadora Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel, vice-presidente do TRT6, foi agraciada com a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, concedida pelo governador do Estado, Eduardo Campos.

Quem faz arte no TRT6

Servidores forrozeiros animam o São João

Quando se aproxima o período junino, nada melhor do que apreciar um forrozinho danado de bom. Mais ainda quando o forró eletrônico reina quase soberano na sintonia das rádios comerciais. No TRT6, temos o privilégio de conviver com servidores que compõem, tocam e cantam o forró tradicional – aquele que se apoia no tripé sanfona, triângulo e zabumba. Toinho de Surubim é o mais antigo deles nesse ramo da música nordestina. Hélio Donato e Gustavo Bruno também andam pelas trilhas do pé de serra.

Nazaré, Carpina, Goiana e as demais cidades da Zona da Mata de Pernambuco sabem quem é Toinho, forrozeiro desde os nove anos e autor de cerca de 80 composições, fora as que tem “para dar acabamento”. Lotado na Vara do Trabalho de São Lourenço, Toinho de Surubim é servidor do TRT6 desde 1979. Em 1987, gravou o primeiro trabalho, um compacto, incluindo as músicas 'Nos laços do teu olhar', 'Como animal' e 'Xote da perna fina'. Depois disso, já lançou mais três LPs: 'Vamos forrozar' com Toinho de Surubim (1990), 'Coração magoadó' (1992) e 'Minha doença é amar' (1994) e quatro CDs, entre os quais “Se tu quiser”. Em família, a tradição é a tônica. O pai era mamulengueiro em Surubim, cidade onde o cantor nasceu. O

tio Naércio é instrumentista, tocava violão e cavaquinho, antes de começar a acompanhá-lo nas apresentações ao vivo, tocando sanfona, isso no início da carreira de Toinho. Para fazer jus à fama de tradicional forrozeiro da Mata Norte, no dia 23 Toinho animou festa junina num sítio de Buenos Aires. E no dia 27, apresentou-se no Parque Dona Lindu, para alegria dos fãs do litoral.

Diretor da 6ª VT do Recife, servidor desde 2006, Gustavo Bruno toca violão, guitarra e é o cantor da banda Quenga de Coco, formada em 1995 por jovens apaixonados pelo “forró autêntico” e pelos grandes nomes do gênero musical. O grupo tem no currículo cinco CDs de carreira, além de coletâneas e projetos em parceria, como Forrozada (2001). A convite do Quinteto Violado, o conjunto viajou por todo o país, fazendo shows memoráveis no Rio de Janeiro, em Fernando de Noronha, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e em todo o Nordeste. Grandes nomes do cenário artístico pernambucano passaram pelo grupo, a exemplo de Geraldinho Lins, atualmente em carreira solo, e Diego Reis, do grupo Lampiões e Maria Bonita. Além de Gustavo Bruno, Rodrigo Verçosa (zabumba/bateria/vocais) e Victor Ferrari (voz/acordeom/teclados)



Gustavo Bruno (acima à esquerda), Toinho de Surubim (acima), Hélio Donato e integrantes do Quenga de Coco

participam da banda. Com agenda lotada nos meses de maio a julho, Quenga de Coco se apresentou no dia 25 no prestigiado palco do Marco Zero, no Recife.

Nascido em Carpina, o cantor e compositor Hélio Donato – servidor desde 1993 e atual diretor da 1ª VT de Barreiros – começou despretensiosamente a carreira musical em reuniões de família, cantando com irmãos, amigos e renomados músicos que frequentavam esses encontros, como Maciel Melo, Petrucio Amorim, Anchieta Dali, Kátia de França e Paulo Matricó. Influenciado pela obra de Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Trio Nordestino, Marinês e Jorge de Altinho, a musicalidade do artista forrozeiro agrega instrumentos que vão da guitarra à sanfona, passando por violão e viola, contrabaixo, bateria, zabumba, triângulo, agogô e

flauta. Primeiro trabalho de Hélio Donato, Forrozando é uma cuidadosa produção, desenvolvida com o produtor e guitarrista Luciano Magno e a atuação do sanfoneiro Gennaro. O CD conta, ainda, com a participação “especialíssima” de outros grandes nomes do forró: Santanna, Camarão e Arlindo dos 8 Baixos. As composições, de própria autoria, enaltecem as tradições da cultura nordestina, além, claro, de tecer loas ao amor, conforme canta na letra da música Deixe o coração falar: “Ame um peixe uma rosa / Faça um verso uma prosa / Deixe o coração falar / Teu sorriso é precioso / E o universo generoso / Alguém quer te encontrar”. Hélio Donato se apresentou na sexta, 17, na festa junina da Amatra6, e no dia 23 animou o São João na zona rural de Lagoa do Carro, a convite da Fundarpe.

Escola Judicial prepara novos Módulos de Aperfeiçoamento

“Se por um lado é verdade que hoje é bem mais fácil e rápido o acesso à informação, por outro, não menos verdade é que sempre temos de estar atualizados sob pena de ficarmos ultrapassados”. A declaração, do juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Caruaru e coordenador da Escola Judicial do TRT6, Agenor Martins, dá a tônica do trabalho que vem sendo desenvolvido pela instituição, que prepara para agosto, setembro e outubro próximos mais dois módulos de aperfeiçoamento de magistrados. Dirigida pelo desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega, a EJ-TRT6 vem investindo não apenas na renovação de conhecimentos na área da magistratura, mas na possibilidade de abrir espaço para o compartilhamento de experiências e práticas cotidianas entre os magistrados.

O coordenador da EJ-TRT6 explica que os eventos promovidos pela escola são pautados na ideia de que, antes de servir como extensões de pós-graduações, mestrados ou doutorados, a ênfase se encontra em questões práticas de caráter profissionalizante. “Embora discussões acadêmicas também sejam prestigiadas em determinados momentos, a grade dos módulos concentrados de

aperfeiçoamento privilegia temas mais usuais dentro da rotina dos magistrados”, esclarece Agenor Martins. Em agosto e setembro, por exemplo, os novos juízes do Trabalho que não tiveram oportunidade de participar da turma formada com os primeiros nomeados do concurso realizado pelo TRT6, estarão reunidos no Módulo Regional de Formação Inicial, que mesclará atividades teóricas com o exercício jurisdicional tutelado. Já em outubro, entre 17 e 21, ocorrerá o 6º Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento de Magistrados. “É uma ótima oportunidade para a troca de experiências entre colegas, afinal, o juiz trabalha isolado e muitas vezes desconhece bons procedimentos adotados no gabinete vizinho e

vice-versa”, afirma o coordenador da EJ-TRT6.

Além do apoio da AMATRA6 e da ESMATRA6, a Escola Judicial da 6ª Região compõe o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, criado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), que estimula a socialização de práticas entre as diversas escolas judiciais. “Tanto para a realização dos Módulos Regionais de Formação Inicial dos Juízes do Trabalho Substitutos como nos Módulos Concentrados de Aperfeiçoamento de Magistrados e demais eventos, a EJ-TRT6 sempre troca informações com a ENAMAT, com outras escolas judiciais e com outras instituições, a exemplo de escolas de governo e escolas associativas”,

explica o juiz Agenor Martins.

O coordenador da EJ-TRT6 também se mostra satisfeito com o nível de adesão dos juízes à programação idealizada pela escola. “Como é notório, os magistrados são sobrecarregados de trabalho, é difícil acumular os deveres judicantes com atividades de aperfeiçoamento. Mas, mesmo assim, tem sido grande a participação nos módulos concentrados”, declara Agenor Martins, que atribui o sucesso dos módulos ao planejamento antecipado dos mesmos. “Adotamos a prática de avisar sua data com alguns meses de antecedência e contamos com o apoio da Corregedoria que envia recomendação para que haja adequação das pautas de audiências de modo a possibilitar que todos participem dos encontros”.



Agenor Martins, juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Caruaru e coordenador da Escola Judicial do TRT6

Desembargador Pedro Paulo, diretor da EJ, faz abertura do 5º Módulo de Aperfeiçoamento de Magistrados